



Associação Conquistas da Revolução

Nº 13 | FEVEREIRO 2016

Folha Informativa

www.conquistasdarevolucao.blogspot.com

- 03 | *Na via de transição para o socialismo*
- 04 | *A Constituição da República Portuguesa em festa*
- 06 | *Próximas Iniciativas*
- 07 | *COP&Paste
Muito ruído para (quase) nada*
- 09 | *Poder Local - Conquista de Abril*
- 11 | *Assim vai o Mundo...*

EDITORIAL

VAMOS AO CERNE DO FUTURO

O unitarismo bem-intencionado pode trazer prejuízos a quem está de boa-fé? Foi sempre propensão dos revolucionários unir forças, para combater o inimigo ou os inimigos de classe de forma ampla, trazendo assim mais gente à luta e forjando quadros, elevando a consciência política dos que nos acompanham.

Mas, quando a boa-fé se sobrepõe a uma visão esclarecida de classe, da classe operária avançada e das camadas e classes suas aliadas, então é fácil a pessoas menos avisadas caírem em situações de confusão e dificuldades para aqueles que lutaram e lutam sempre para rasgar horizontes e transformar o país e o mundo.

Aprendemos com os problemas acrescidos? Sim, isso pode acontecer se analisarmos as causas e os efeitos do que aconteceu, na luta que se configurava e que aí continua.

O que se colocava, nas anteriores eleições presidenciais, era levar mais e mais gente a intervir e a votar, como forma directa e firme de vencer o candidato da direita revanchista, derrotada e ansiosa, de o obrigar a uma segunda volta onde, então sim, todos os que são de facto progressistas e revolucionários se



**A REVOLUÇÃO
EM MARCHA**

FINANCIAMENTO CULTURAL • RECCO CIVICA

juntassem, bem conscientes das diferenças e projectos, mas unidos e determinados na luta.

Faltou clarividência aqui e ali, em quem poderia ver mais longe, prever as consequências e antever possibilidades ou regressões que se configurassem.

Muitos votos entregues à sorte se esboçaram e perderam, numa situação em que tal ou tal possibilidade desapareceu rápida e amargamente de cena, perante o abandono de compromissos e resultados. Ficaram responsabilidades acrescidas e dificuldades para os que estiveram e estarão sempre na luta, nas empresas e nas ruas,

nos sindicatos, nas mil associações que nos trazem força para prosseguirmos.

E é isso que já fazemos e faremos. Aprender, aprender sempre e atender ao que é essencial das nossas vidas e futuro. E tenhamos confiança. Confiança e firmeza na ciência de unir e levar sempre mais longe os que são verdadeiramente democratas e patriotas, os que amam o Portugal de Abril, os que o defendem e projectam no cerne das lutas e das vitórias que é preciso desbravar e conseguir.

Modesto Navarro
Vogal da Direcção ACR

www.conquistasdarevolucao.blogspot.com

Sugere-se a visita ao blogue da ACR onde são publicados todos os comunicados e noticiadas as iniciativas da Associação.

PAGUE A SUA QUOTA!

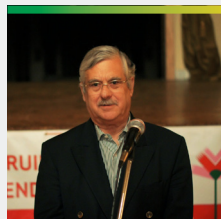


Associação Conquistas da Revolução

O vosso contributo financeiro é indispensável para a actividade da Associação!

TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA
NIB 0035 2178 0002 9245 6304 6

ou DEPÓSITO
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
2178 0002 9245 630



Na via de transição para o socialismo

Com a Revolução iniciada a 25 de Abril de 1974, atingiu-se um Estado Revolucionário pré-socialista ou uma via de transição para o socialismo, apesar de através de sectores militares moderados se pretender construir uma variedade de socialismo utópico.

Conseguiu-se dismantelar o capitalismo monopolista do Estado e concretizaram-se conquistas políticas, económicas e sociais que se transpuseram para a Constituição da República onde no correspondente preâmbulo ainda se encontra que “A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português... de assegurar o primado do Estado Democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português”.

Após a promulgação da Constituição da República, iniciou-se um período de recuperação do capital que nos foi levando sucessivamente a uma social-democracia envergonhada, ao liberalismo, ao ultra-liberalismo, prefigurando-se uma democracia musculada e autista onde no final do anterior governo já se decidia autocraticamente e se tomavam medidas cada vez mais opacas. Quer isto dizer que neste ciclo que agora se fechou, o País ficou muito mais perto da situação política inicial (estado totalitário) do que do socialismo. Efectivamente a extinta coligação com a colaboração empenhada do Presidente da República esgotou o arsenal de estratégias do manual de manipulação da opinião pública. Vejamos então: - Confundi legitimidade com verdade absoluta;

- Declarou lícitas mentiras para ocultar a inoportuna verdade; - Transformou a política num jogo maniqueística, tendo de um lado a direita virtuosa, respeitadora e responsável e do outro a esquerda viciosa, intolerante e gastadora; - Impôs medidas normalmente inaceitáveis, através do recurso a passos sucessivos, gradualidade e informação manipulada; - Conduziu o país a um violento estado de classes que tudo fez para proteger o capital e os seus representantes (privatizações e banca) e menorizar o trabalho (redução das remunerações e apoios sociais) e para humilhar os idosos, pensionistas e reformados. À Banca e às grandes empresas garantiu a manutenção do lucro mesmo quando a produção diminuiu. - Promoveu a aceitação da auto-culpabilidade (vivemos acima das nossas possibilidades); - Instaurou a complacência com a mediocridade; - Controlou a comunicação social.

O derrube daquele governo pode então considerar-se como um acontecimento de grande relevância histórica por nos ter dado a oportunidade de erradicar a calamidade social que fomos obrigados a suportar.

Que tenhamos a sagesa, a paciência e a inteligência política para que com a presente situação governativa, recuperarmos o que nos foi retirado, desde a dignidade à auto-estima e à alegria de viver e retomemos o cumprimento das esperanças abertas em Abril.



A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA EM FESTA

(a propósito do seu 40º aniversário)

Os anos de 1974, 1975 e 1976 são anos de Ouro na história recente de Portugal e serão sempre um marco relevante e significativo para as gerações vindouras, pois representam o corte definitivo da ordem fascista de Salazar e Marcello Caetano, que se prolongou por quase 50 anos no século XX.

Éramos um país colonial, rural, empobrecido e de emigrantes, politicamente isolado e com um regime ditatorial e anacrónico (um país do “pé descalço”, como então se dizia). Os níveis de bem-estar eram muito distantes dos congéneres da Europa Ocidental, se queremos pensar só neste espaço. Sem recursos humanos qualificados – e o ensino obrigatório ficava pela 4ª classe -, com uma indústria protegida e tecnologicamente atrasada, o modelo de desenvolvimento económico insistia no baixo custo da mão-de-obra e em relações de submissão ao patronato, inaceitáveis para os trabalhadores. O curso de modernização baseado em infra-estruturas (electrificação, rodovia, edificação...) e nos equipamentos (saúde, educação...) limitou-se a uma pequena parcela do território, na costa atlântica. Um Portugal social e geograficamente desigual acordou, com grande esperança e enormes expectativas, no dia 25 de Abril de 1974.

Foi o tempo da Revolução de 25 de Abril, dos direitos da liberdade ganhos pelos cidadãos,



das primeiras eleições em liberdade para o Parlamento, incluindo as eleições para a Assembleia Constituinte, em 25 de Abril de 1975, e do funcionamento desta Assembleia, e que culminou na aprovação da CRP, em sessão plenária de 2 de Abril de 1976, e a sua entrada em vigor em 25 do mesmo mês de Abril, vão decorridos quarenta anos.

A exaltação dos acontecimentos vividos nesse período é inesquecível e acompanhou a simultaneidade de uma acção dos militares, o MFA, a quem se deve a insurreição, estafados e descrentes com a longa guerra colonial, sem um fim à vista, e de uma acção das massas populares que, em liberdade, nas ruas de Portugal impulsionaram uma viragem histórica da sociedade. Foi com a consagração dos direitos fundamentais dos cidadãos, em especial, os direitos de liberdade, a par dos direitos dos trabalhadores, e do primado do estado de direito democrático, e com a nova modelação do sistema económico, de que foram exemplos de referência, ao tempo, a reforma agrária, as nacionalizações, o desenvolvimento da propriedade social, que um Portugal renascido se mostrou ao mundo (com a conclusão ainda do processo de descolonização e a consequente recepção de um elevado contingente de população que abandonara os países africanos).

Tudo isso teve reflexos na CRP, cuja elaboração parlamentar acompanhou tais acontecimentos – e ficou até na história a intervenção à volta do Parlamento pelas massas trabalhadoras, em meados de Novembro de 1975 -, e o texto inicial é um repositório de normas, muitas de cariz revolucionário, desde logo, os dois primeiros artigos, proclamando a “transformação numa sociedade sem classes” e a “transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras”. Normas que, servindo de exemplo, causaram surpresa e admiração fora do nosso País.

Sucederam-se depois sete revisões constitucionais, agora felizmente bloqueadas, que alteraram e até subverteram aquele texto, com alteração e mesmo eliminação de muitas normas, com o pretexto de lhe retirar o peso ideológico revolucionário, primeiramente, e depois a imposição de aceitar e facilitar a nossa integração na União Europeia, com o euro a substituir o escudo, um dos símbolos da soberania portuguesa, o que muitos portugueses sempre criticaram.

Mas, a criação de um Estado Social, envolto em princípios constitucionais relevantes, com raiz no princípio da dignidade da pessoa humana, e com enormes progressos em todos os indicadores sociais, da educação à saúde (o notável Serviço Nacional de Saúde), da protecção social ao bem-estar, é uma imagem de marca da CRP, que se foi

construindo ao longo destes quarenta anos, e que conseguiu resistir às revisões constitucionais. A par disso, e em consequência disso, um início de modernização do País, a vários níveis, em especial, nas redes viárias e de comunicação, nos grandes equipamentos, por exemplo, de saúde, educação e de habitação. E ainda a edificação de um novo Poder Local, democraticamente eleito, com raízes na nossa tradição das autarquias locais, próximo e ao serviço efectivo dos cidadãos, garantindo-lhes o bem-estar.

Mas não fica por aqui o retrato possível da CRP, pois o primado do Estado de direito, que é uma das suas bandeiras, impôs-se em defesa dos cidadãos, que podem recorrer a vários e até inovadores instrumentos, para fazer vingar a precedência e a prevalência da lei, assegurando-se, assim, a defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos e legítimos. É, em última análise, nos tribunais, especialmente, no Tribunal Constitucional, cujo edifício foi erigido pela CRP, que os cidadãos podem encontrar essa defesa, por vezes, após o recurso ao Provedor de Justiça, figura nova criada pela CRP.

Também da ordem económica e financeira fixada pela CRP, apesar dos abalos sofridos com as revisões constitucionais, constam vários sectores de propriedade, programados para obter de cada um deles a realização de um serviço público tendencialmente de qualidade. E ainda a previsão de planos de desenvolvimento económico e social e



a definição de objectivos das políticas agrícola, comercial e industrial, que fixam as incumbências do Estado.

Por último – “the last, but not the least” – num quadro de organização de poder político, que pertence ao povo e se funda no sufrágio directo, secreto e periódico, dos cidadãos eleitores, em que é essencial a participação de partidos políticos, releva decisivamente o catálogo dos direitos e deveres fundamentais, que preenchem a Parte I da CRP. São direitos, liberdades e garantias, pessoais, de participação política e dos trabalhadores, por um lado, e direitos e deveres económicos, sociais e culturais, por outro lado.

Está aí tudo que é indispensável à vida quotidiana dos portugueses e que os protege intensa e extensivamente, avultando especialmente os direitos à liberdade, qualquer que seja, mas a primeira é a liberdade de expressão e informação, e à segurança, com efeitos decisivos no patamar criminal e de processo criminal.

Enfim, e numa síntese conclusiva, a CRP que temos e nos rege merece a atenção de todos, para ser lida, consultada e divulgada, e certamente todos desejam que ela se mantenha viva e actuante no futuro de Portugal e dos portugueses.

Guilherme Fonseca
Juíz -Conselheiro Jubilado



PRÓXIMAS INICIATIVAS:

| **30 MARÇO 2016 - 17h30 LISBOA**

- **Casa do Alentejo**

Assembleia Geral da ACR.

Ordem de trabalhos: 1 - Informações;

2 - Relatório e Contas 2015.

| **7 ABRIL 2016 - 18h LISBOA**

- **Casa do Alentejo**

Sessão Comemorativa do 40º Aniversário da Constituição da República Portuguesa.

Oradores: Regina Marques (MDM)

e José Luís Lopes de Almeida (jurista).

| **9 ABRIL 2016 - 17h ALGARVE**

- **SÃO BARTOLOMEU DE MESSINES -**

Instalações da Junta de Freguesia.

Sessão sobre a Constituição da República Portuguesa e as Conquistas da Revolução de Abril.

Apresentação dos livros editados pela ACR, “Conquistas da Revolução” e “Vasco, Nome de Abril.”

| **21 ABRIL 2016 - 19h30 LISBOA**

- **Casa do Alentejo**

Jantar comemorativo da Revolução de 25 de Abril de 1974.

INSCRIÇÕES:

conquistasdarevolucao@gmail.com

960292981 ou 917927732.

COP&Paste

Muito ruído para (quase) nada

O texto...

As parangonas de Jornal em redor do histórico acordo alcançado durante a Cimeira de Paris (COP 21) indiciariam que finalmente existia um texto de aplicação obrigatória, a fim de se obterem resultados palpáveis no combate às alterações climáticas de origem antropogénica e às emissões de gases promotores de efeito de estufa. A miragem é linda como miríficas são também as vias para lá chegar.

Após anos para se conseguir substituir o Protocolo de Quioto (COP 3) por outro texto que fosse eficaz, e lembrando que as metas do referido eram poucas e a sua concretização ainda além delas ficou, a Cimeira de Paris apresentava-se como última hipótese antes da derrocada geral.

Em lugar de se procurar encontrar formas de atalhar realmente o problema, procurou-se encontrar um texto, que mais assim ou mais assado pudesse contentar a todos na sua retórica... e com sucesso! O texto do acordo é muito rico no seu linguajar, muito claro nas metas propostas, pese embora não muito ousado – convenhamos que a limitar em 1,5° C acima dos valores pré-industriais, não é impedir aquecimento nenhum – e que quando toca aos caminhos para a descarbonização da economia a baralhada então é total.



Um acordo que coloca todos sob as mesmas condições, seja industrializado e desenvolvido, em vias de desenvolvimento, subdesenvolvido e agrícola, desperdiçador ou esfaimado, começa por não ter princípios nenhuns de equidade e faz um exercício de cinismo de metas só passíveis de alcançar com redistribuições de riqueza, com transferência dessa mesma riqueza e tecnologia numa escala jamais experienciada pela humanidade e que fariam do Plano Marshall uma brincadeira de criança.

O cumprimento real do espírito deste acordo só seria possível com o desmantelamento de todas as organizações de Bretton Woods: FMI, Banco Mundial, OMC, etc., cuja acção vai no exacto sentido contrário do necessário para permitir aos países não industrializados prescindirem da utilização do Petróleo, do Carvão, da bosta de vaca, ou tão simplesmente da lenha.

Por outro lado algumas das grandiloquentes palavras deste acordo acabam esbarrando nas medidas previstas para o concretizar. É um documento que, evocando realismo, outorga pérolas de sabedoria sobre estratégias de adaptabilidade às alterações climáticas, promovendo grupos de trabalho e de acção, que se foram concretizando, curiosamente alguns ainda antes do acordo, por vezes com nomes muito “bonitinhos” como o Pacto dos Autarcas” de que a Cidade de Lisboa é signatária.

... e o efeito.

A ênfase colocada não mais na luta pela diminuição das emissões para manutenção das temperaturas mas na luta pela estabilização das emissões para a limitação do aumento e na adaptabilidade da humanidade, dando-se já por inevitável o aumento dos fenómenos extremos, o aumento do nível do mar e uma perda de biodiversidade a grande escala, demonstra que com um cuidado extremo de linguagem, que permitisse uma aceitação praticamente universal, se concretizaram os objectivos de longa data de Estados Unidos – encabeçando um pequeno grupo de países – de dividir de igual modo com os países não industrializados a responsabilidade do aumento das emissões de gases promotores do efeito de estufa, sem que tenham ou alguma vez tivessem sentido os benefícios da utilização do combustível

em larga escala, nem da utilização dessa energia no desenvolvimento industrial.

A incapacidade de se lidar com o problema a nível de redistribuição de riqueza, bem como dos benefícios da industrialização, do combate à sociedade de consumo desenfreado e à concomitante pressão sobre os recursos das sociedades menos desenvolvidas, da protecção dos recursos locais e, por último mas talvez mais importante, da incapacidade de fazer recair sobre os agentes poluidores (ou seja aqueles que lucram com as chamadas externalidades ambientais e sociais) o custo da mitigação dos efeitos, e não sobre quem consome (muitas das vezes por falta de alternativa ou indução), tornando internacional e socialmente difuso o custo e duplicando o “preço” a pagar pelos povos e classes produtivas, é não só o exemplo acabado do beco sem saída que é o acordo de Paris, como demonstra à sociedade que para quem negocia este, como outros acordos, alguém tem de continuar perdendo para que os ganhos de muito poucos se mantenham inalterados.

Visto desta forma, e com as devidas diferenças até porque os EUA nunca aderiram ao Protocolo de Quioto, o acordo do COP 21 não é mais do que uma colagem reduzida e piorada do que o Protocolo que o antecedeu.

Poder Local

Conquista de Abril

Assinalam-se este ano 40 anos sobre a realização das primeiras eleições para as Autarquias Locais após a Revolução de Abril. O Poder Local tem em Portugal fortes raízes históricas. Por várias vezes a vontade convergente das populações locais desempenhou um papel decisivo na definição do percurso do país; em vários momentos as populações viram os seus direitos e o seu poder reconhecidos.



No levantamento popular que acompanhou o movimento militar no derrubamento do fascismo, embora de forma desigual ao longo do país, a substituição das autoridades locais nomeadas pela ditadura por Comissões Administrativas designadas pelas populações foi um dos seus mais significativos feitos revolucionários.

A Constituição da República aprovada a 2 de Abril de 1976 viria a consagrar o que se designa de Poder Local Democrático nas suas diversas componentes institucionais: Câmaras e Assembleias Municipais, Juntas

e Assembleias de Freguesia, Conselhos Municipais e Comissões de Moradores.

A legislação produzida veio a conferir aos órgãos do Poder Local, seja por via do seu processo de formação e composição ou das condições de funcionamento, uma forte capacidade para representar a vontade das populações.

Fruto de uma Revolução, consagrado por uma Constituição que resulta dessa Revolução e dotado de grande representatividade, o Poder Local Democrático assume-se como um pilar central da Democracia portuguesa.

A sua obra está à vista em todos os cantos do país. Ao longo da sua existência assumiram responsabilidades nos órgãos eleitos dezenas de milhares de homens e mulheres, jovens e menos jovens. Centenas de milhares foram candidatos e participaram nas campanhas eleitorais.

Com eles as populações. Mais ou menos organizadas, mas sempre presentes num processo de participação permanente, no desenho das propostas, na construção das soluções e na avaliação dos resultados.

Na intervenção de todos os participantes, eleitos e não eleitos, na constante busca de soluções concretas para os problemas concretos sempre estiveram e estão presentes pressupostos económicos, sociais, políticos e ideológicos. Como presente está o permanente escrutínio das populações e o seu processo de aprendizagem.

Como em tudo na vida, podemos, acreditamos que podemos, sempre fazer melhor. É nosso dever procurar fazer melhor. Mas em boa verdade, à luz do que vemos e conhecemos, não haverá Poder Democrático em Portugal sem o nosso Poder Local Democrático: Conquista da Revolução, Valor de Abril. Essa é a razão dos permanentes ataques ao Poder Local Democrático.

Os Conselhos Municipais desapareceram logo na primeira revisão constitucional e sucessivas alterações legislativas foram adulterando as condições de aprofundamento do Poder Local.

O resultado aponta sempre para o alargar da distância entre os órgãos do Poder Local e as populações que deverão representar. Pondo em causa a sua credibilidade ou a credibilidade dos eleitos; paralisando o seu funcionamento ou a sua capacidade de agir; recusando-lhe meios para cumprirem a missão ou impondo-lhes responsabilidades que não têm condições para exercer.

O descabelado ataque feito ao Poder Local no âmbito e a coberto da aplicação dos ditames da troica e dos acordos com ela subscreitos tem como única explicação razoável o objetivo político de enfraquecer a democracia portuguesa.

Num contexto em que a lei das finanças locais ficou sempre por cumprir e em que o deficit acumulado pelas autarquias representava um montante quase irrisório face àquilo que foram os que resultaram

dos desmandos da política de direita e dos banqueiros por ela servidos, a ofensiva que levou à asfixia da sua capacidade em promover o desenvolvimento local e em criar emprego, à liquidação de milhares de órgãos representativos das freguesias e congemina golpear a força representativa do Poder Local, não tem por motivação o reequilíbrio das contas públicas. Essa ofensiva anti-democrática é parte do processo conspirativo desenvolvido pelo grande capital apostado em liquidar todas as formas de expressão de vontade do povo português e de afirmação da soberania nacional.

O poder político efetivo que as autarquias têm no país resulta da sua proximidade com as populações e da dinâmica social destas, o que foi sempre encarado como um obstáculo às políticas de direita, mesmo quando o Poder Local é exercido através de pessoas eleitas em listas patrocinadas pelos partidos que têm promovido essas políticas, como acontece na maior parte do território.

Defender e reforçar o Poder Local Democrático, apoiar as populações na sua luta diária por uma vida melhor é pois, nos 40 anos das eleições para os órgãos das autarquias locais, um aspeto central da luta pela afirmação dos Valores de Abril e pela soberania de Portugal.

Joaquim Judas

Presidente da Câmara Municipal de Almada

ASSIM VAI O MUNDO...



A situação internacional continua cada vez mais preocupante. Em resultado da estratégia de desestabilização sistemática dos governos que se opõem às suas pretensões hegemónicas e de pilhagem dos recursos naturais do planeta, por parte dos EUA e seus aliados na NATO, estamos a assistir a uma perigosa escalada da guerra no Médio Oriente, a um aumento da tensão internacional e a uma tragédia humanitária de dimensões inconcebíveis na zona do Mediterrâneo e na Europa.

No que respeita à guerra na Síria, após 5 anos de sangrentos combates, com mais de 250.000 mortos, 13 milhões de desalojados e milhões de refugiados nos países vizinhos e na Europa, nova ronda de negociações em Genebra, sob os auspícios da ONU, gorou-se por falta de acordo entre as partes quanto aos participantes nas negociações, ficando as mesmas suspensas até 21 de Fevereiro. Entretanto os combates no terreno prosseguem com redobrada intensidade. Recordemos que, a pretexto do combate ao Estado Islâmico (patranha para ganhar apoio nas Nações Unidas), se sucederam intervenções militares directas dos EUA e da França e, mais recentemente, da Rússia,

esta em declarado apoio ao regime de Assad. Os dois campos ficaram definidos, dum lado os opositores a Assad apoiados pelos EUA e seus aliados europeus e ainda pelo governo sionista de Israel em perfeito conluio com a Arábia Saudita, o Qatar e a Turquia, do outro, o exército sírio com apoio da Rússia e do Irão.

A entrada da Rússia na guerra fez gorar os planos dos EUA e seus aliados de derrubar Assad pela força das armas e, mais uma vez, os países europeus se deixaram envolver num conflito do lado errado da história, a reboque da estratégia norte-americana. Assad e o governo legítimo sírio, não sendo nenhum exemplo de virtudes, estão muito longe, em termos do que consideramos ser desrespeito pelos valores civilizacionais da nossa geração, dos governos saudita, sionista e quejandos.

Está hoje mais claro, o que aqui afirmámos já, que este conflito não se reduz aos actores principais referenciados no terreno e se insere na estratégia global do imperialismo dos EUA e da NATO, seu braço armado, de cerco à China e à Federação Russa.

O conflito na Ucrânia é outra parcela desta

mesma estratégia, bem como o foram o desmantelamento da Jugoslávia e está a ser o reforço das posições militares americanas no pacífico.

Na falta do “cimento ideológico” que sustentou, no passado recente, a divisão do Mundo e a denominada “guerra fria”, muitas dúvidas se levantam quanto ao futuro.

A julgar pelos desenvolvimentos recentes, os interesses nacionais e regionais rearrumam-se e emergem novos polos de poder.

O edifício global ambicionado pelos senhores do dinheiro e arquitectado pelos cérebros do Pentágono, em cuja construção a NATO tem tido reforçado empenhamento, começa a esboroar-se, e os medos (acirrados pelos ataques terroristas, com bandeira falsa ou verdadeira, que não poupam aviões civis, instalações hospitalares e de culto, pessoas inocentes, crianças, que não poupam Portugal nem a Espanha, nem, mais recentemente, a França e que supostamente ameaçam agora novamente o nosso país) que os media se encarregam de exacerbar, são ingredientes de mau presságio.

Os riscos duma confrontação generalizada aumentam. Só o reforço da luta por um Mundo de Paz e Cooperação entre todos os povos do Mundo, como preconizado na Carta das Nações Unidas, na Acta de Helsínquia e na Constituição da República Portuguesa de 1976, uma conquista da nossa Revolução, poderá travar este belicismo sem lei.



As imagens do amontoado de cadáveres das vítimas inocentes das guerras, ditas de baixa intensidade ou cirúrgicas, dos actos terroristas, dos naufrágios de refugiados no Mediterrâneo, em particular das inúmeras crianças, permanecerão para sempre inseultas, em memória da vergonhosa desumanidade da nossa geração.

José Baptista Alves

Vice-Presidente da Direcção da ACR

